

‘Paga-se a vida inteira pela desigualdade’, diz francesa Marisol Touraine

(O Globo, 27/07/2015) Ministra de Assuntos Sociais, Saúde e Direitos da Mulher da França defende cotas nas empresas e diz que o acesso a salários decentes e iguais aos dos homens é a questão feminina mais urgente

Marisol Touraine não foge da briga. Num país que adora polêmicas e protestos, ela tem quase tantas frentes de batalha quanto os temas tratados por seu enorme ministério. Seus assuntos sempre mexem com a emoção e a vida cotidiana dos franceses, são daqueles rotulados como “sensíveis politicamente”. Por exemplo, a reforma da saúde contra a qual se perfilaram os médicos, a maioria homens. “Recebi ataques sexistas”, conta. Não se abalou. Filha do sociólogo Alain Touraine, o primeiro a conceituar a importância política dos movimentos gays e de mulheres, ela está acostumada ao debate de ideias. É considerada corajosa e determinada na defesa de projetos do governo, alguns que tocam na relação entre homens e mulheres no trabalho, na política, na cama e até diante da morte. “É função do Estado defender os mais frágeis”, diz. Semana passada, visitou o Brasil e deu esta entrevista enquanto os taxistas paravam o Rio por causa do Uber, protesto que já testemunhara em Paris.

A senhora está liderando uma reforma na Saúde, que enfrenta enorme rejeição dos médicos, a maioria homens. O fato de a ministra da Saúde ser mulher joga um papel nisso?

Estou apresentando uma lei de modernização do sistema de saúde francês. A população envelhece, temos de acompanhar os doentes crônicos em casa, dificuldades que o Brasil também tem. Fazemos isso num momento de aperto orçamentário, mas não queremos diminuir direitos. Defendo a igualdade no acesso à saúde, assumido em boa parte pelo Estado. Mudanças nunca são aceitas facilmente, mas, se eu fosse um homem, teria sido mais simples. Alguns dos meus interlocutores não esperavam me encontrar tão firme nas

minhas convicções. Fui alvo de ataques, alguns deles machistas.

O seu ministério trata de saúde e também de direitos da mulher. Qual é a questão mais urgente para a mulher?

O acesso ao trabalho em condições de igualdade. A prioridade é permitir às mulheres ter salários decentes e iguais aos dos homens. Paga-se a vida inteira pela desigualdade profissional: se os salários forem mais baixos, as carreiras serão piores e as pensões, menores, quando se chegar à aposentadoria. A diferença salarial na França é, em média, 20%, mas, nas profissões de nível médio, os salários dos homens podem ser bem maiores do que o das mulheres.

Também é a favor das cotas para mulheres nas empresas?

Sou. É a maneira de permitir às mulheres chegarem a postos de responsabilidade. Tem de haver 40% de mulheres nos conselhos das empresas. Me perguntam: estas mulheres serão, todas elas, competentes? Eu pergunto: vocês nunca viram homens incompetentes em cargos de responsabilidade?

Começou uma campanha contra o assédio sexual no transporte público. Havia necessidade disso?

O assédio nos transportes é cotidiano, é insuportável, 100% das mulheres são alvo. É banal, mas não é aceitável. O metrô em Paris não é seguro. Não falo de agressão, mas simplesmente do fato de não poder tomar o metrô sem ser confrontada a certas atitudes e interpelações. Receber assovios na rua não é normal.

Por que a senhora é contra casais gays ou héteros recorrerem à gestação no ventre de uma outra mulher?

A França é completamente hostil à gestação em barriga de terceiros, é proibido e punido por lei. Trata-se de transformar o corpo da mulher em mercadoria, pagar uma mulher para gestar um bebê no seu lugar. A gravidez não é neutra, nem do ponto de vista psicológico nem físico. A dificuldade é que há crianças nascidas da gestação em barrigas de terceiros, e o debate é

saber como podemos reconhecer essas crianças sem validar a “barriga de aluguel”. Elas não podem pagar toda a vida pela maneira como nasceram, não podemos criar fantasmas na República. Elas precisam ter documentos e existência civil. A Corte Europeia de Direitos Humanos não nos impõe o reconhecimento da gestação por terceiros, e a França continuará a proibi-la. Mas obriga o reconhecimento das crianças, exatamente o que o governo defende.

Os deputados franceses criaram multa para os clientes de prostitutas, lei que dividiu feministas, prostitutas e médicos. Por que a senhora é a favor?

O objetivo é a abolição da prostituição. Com frequência damos uma imagem de glamour, as *call-girls* botando anúncios na internet para ganhar um pouco mais de dinheiro. A realidade é mais sórdida e humilhante. As prostitutas estavam divididas, algumas dizem que é seu ganha-pão. Associações de médicos dizem que isso vai dificultar o acompanhamento da saúde delas. É uma preocupação que tenho também, mas a novidade dessa lei é a punição dos clientes. Trata-se de responsabilizar a sociedade: a prostituição só existe porque há clientes, portanto, é uma maneira de dizer-lhes que comprar o corpo de uma mulher não é neutro nem banal.

Outro projeto de lei em debate é sobre o fim da vida. A senhora não gostou do texto final.

Neste momento, existe um caso doloroso na França: um jovem está em estado vegetativo depois de um acidente, o que levou a família a se dividir entre parar o tratamento ou mantê-lo vivo. Este caso mostra que a sociedade francesa se interroga muito sobre a obstinação terapêutica, o direito de exprimir de que maneira queremos viver até o fim. O presidente quis responder a esta preocupação: está sendo votada uma lei que permite aos doentes exigir a suspensão dos tratamentos e pedir para ser sedado até a morte chegar. Isto provoca debates, mas é uma maneira de melhor levar em conta as vontades individuais dos doentes. Alguns queriam que fôssemos mais longe, reconhecendo a eutanásia e o suicídio assistido, como na Suíça. São questões que existem, mas a sociedade precisa ter tempo para evoluir lentamente.

A senhora foi próxima politicamente de Dominique Strauss Khan. Depois de tudo o que aconteceu, qual o seu sentimento em relação a ele?

Para ele, certamente foi um infortúnio. Ele se colocou, ele mesmo, fora do caminho político. Está atualmente em outras atividades.

O Partido Socialista enfrenta o desamor da nova geração e de grande parte dos franceses. A senhora acha que os jovens ainda podem se interessar pela política? Acredita na sobrevivência dos partidos atuais?

Ao contrário do que dizemos, os jovens não são egoístas, eles se engajam na sociedade, mas os partidos políticos não os fazem mais sonhar. Eles se engajam em associações, movimentos humanitários, ações coletivas e cooperativas. Os jovens compartilham o carro, o apartamento, as férias, coisas que a nossa geração não fazia. Estão preocupados com o planeta, conhecem e se preocupam com o mundo mais do que a geração anterior. Os partidos políticos aparecem como vestígios de um período dominado por expressões ideológicas e políticas. Fazer esta constatação é uma coisa, inventar o partido de amanhã é uma outra.

Helena Celestino

Acesse o PDF: ['Paga-se a vida inteira pela desigualdade', diz francesa Marisol Touraine \(O Globo, 27/07/2015\)](#)

As mulheres trabalham cada vez mais, e ganham menos que

homens

(El País, 18/06/2015) Como chegar ao fim do mês?

Essa questão atormenta os milhões de latino-americanos que vivem com menos de 90% do salário mínimo. Entre eles, estão 64,7% dos trabalhadores hondurenhos, 37,5% dos colombianos, 15,7% dos mexicanos e 14,4% dos brasileiros, segundo o novo estudo [Trabalhando para acabar com a pobreza na América Latina e no Caribe: trabalhadores, empregos e salários](#), do Banco Mundial.

E o pior: nas duas maiores economias da região, Brasil e México, as mulheres ainda são as mais prejudicadas nessa conta. Só em 2013, quase 14% das mexicanas ganharam menos de 90% do mínimo, ante 9,1% dos homens. Já no país governado por Dilma Rousseff, 9,6% das mulheres estão nessa faixa salarial, contra 8,9% dos profissionais do sexo masculino.

Os novos dados se somam a uma série de análises, também feitas por especialistas do Banco Mundial, explicando por que as latino-americanas ganham menos. As respostas abrangem desde a discriminação ainda cometida pelas empresas à falta de mulheres em setores como engenharia e ciências, que pagam melhor.

Curiosamente, as mulheres participam cada vez mais da força de trabalho latino-americana, aumentando a renda familiar e contribuindo para a redução da pobreza. O número de trabalhadoras de 25 a 65 anos cresceu 4,5% de 2003 a 2013. Isso faz delas o único grupo a aumentar sua presença tanto nos empregos de baixa qualificação quanto nos que exigem alto nível educacional, segundo o relatório.

O impulso das commodities

A pesquisa examina dados de 17 países e destaca que o grande motor para a redução da pobreza na América Latina foi o da melhoria dos salários, e não o da qualidade dos empregos. Isso vale principalmente para os trabalhadores que só fizeram a escola primária: os valores das mulheres cresceram quase 4% entre 2003 e 2013, enquanto os dos homens subiram 4,5%.

O aumento dos salários mínimos também foi mais acentuado no Brasil, nos demais integrantes do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) e nos países andinos, que se beneficiaram do boom das matérias-primas durante a primeira década dos anos 2000.

Segundo o estudo, o crescimento econômico gerado pelas commodities impulsionou setores como agricultura e serviços. Também fez aumentar o percentual de profissionais pouco qualificados contratados por grandes empresas, com acesso a diversos benefícios trabalhistas: só no Brasil, em 2013, chegou a 27,6%.

A melhoria nos indicadores de educação e qualidade do emprego, no entanto, responde por apenas uma pequena parte do aumento dos salários. E, agora que o boom das commodities chegou ao fim, eles se preocupam com o destino dos trabalhadores.

“A região precisa redobrar os esforços para promover um crescimento inclusivo e continuar reduzindo a pobreza”, informam os autores. Eles acrescentam que, para isso, é importante aumentar o acesso a educação de qualidade e outras políticas públicas.

Equilíbrio delicado

Um dos instrumentos adotados por toda a América Latina para tentar aliviar a pobreza e garantir pagamentos equitativos é justamente o salário mínimo. Ao longo da última década, ele impulsionou os salários até no setor informal.

Mas mesmo essa política precisa ser manejada com cuidado, segundo os economistas. “Embora um piso possa levar a um crescimento dos salários em geral, deve ser definido de forma a não reduzir a criação de empregos.”

Para comprovar a teoria, eles se baseiam em uma série de trabalhos feitos no Brasil, associando um aumento do salário mínimo a perda de empregos para os jovens (entre 16-24 anos), trabalhadores de baixa qualificação e... Mulheres cujos salários se aproximavam do mínimo. Está aí mais uma prova de que elas têm ainda muito a conquistar no mercado de trabalho.

Mariana Kaipper Ceratti

Acesse no site de origem: [As mulheres trabalham cada vez mais, e ganham menos que homens \(El País, 18/06/2015\)](#)

Mulheres receberam 79,5% do salário dos homens em 2013, segundo pesquisa do IBGE

(O Globo, 16/06/2015) *Disparidade salarial entre homens e mulheres voltou a aumentar no país*

A disparidade salarial entre mulheres e homens segue como uma realidade distante do fim no Brasil: elas receberam, em média, o equivalente a 79,5% dos salários dos representantes do sexo masculino em 2013, na comparação com 2012, segundo o Cadastro Central de Empresas (Cempre). A diferença, que havia recuado no período anterior, foi divulgada em levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta terça-feira.

Em termos salariais, em 2013, os homens receberam, em média, R\$ 2.334,46 e as mulheres, R\$ 1.855,37. Assim, eles ganham 25,8% a mais que elas. Entre 2011 e 2012, esse número havia recuado de 25,7% para 25,3%.

A professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Lena Lavinias destaca que, diante da diferença mínima entre os números citados acima, esta situação representa um quadro de estagnação. Tal realidade, segundo ela, é observada, inclusive, em outros países:

- Na França, por exemplo, as simetrias salariais entre homens e mulheres estão estagnadas há cerca de 50 anos. O que se vê é que, alcançado um certo patamar de desigualdade salarial, isso se mantém. Então, a gente não vê variação nem para mais nem para menos. As desigualdades tendem a se

manter nesse quadro, com elas ganhando cerca de 25% menos que eles.

Como destaca Lena, tal configuração só será alterada através de iniciativas rigorosas a cerca da questão.

- Se não houver políticas realmente voltadas à superação deste hiato, esse perfil de desigualdade vai se manter - afirma.

O Cempre reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações (administração pública, entidades sem fins lucrativos, pessoas físicas e instituições extraterritoriais) formalmente constituídas. O cadastro reunia, em 2013, 5,4 milhões de empresas e outras organizações ativas, que ocupavam 55,2 milhões de pessoas, sendo 47,9 milhões (86,8%) assalariados e 7,3 milhões (13,2%) como sócios ou proprietários. Não entram na conta profissionais liberais e trabalhadores informais, por exemplo.

No que diz respeito a aumento salarial, elas também saíram perdendo. Os salários médios mensais apresentaram aumento real de 3,7%, sendo que as mulheres tiveram elevação de 3,5%, enquanto os homens, 3,9%.

O levantamento, por outro lado, mostrou que as mulheres avançaram em termos de participação no quadro geral de trabalhadores em quatro anos. Em 2013, no âmbito empresarial, 57% do pessoal ocupado assalariado eram homens e 43%, mulheres. A participação feminina cresceu 2,6% em relação a 2009, quando era de 41,9%. De 2012 para 2013, o aumento do número de mulheres (4,2%) foi superior ao de homens (3,1%).

A pesquisa também constatou que a participação feminina foi maior na administração pública (58,9%) e nas entidades sem fins lucrativos (55,1%), enquanto nas entidades empresariais a maior parte dos assalariados eram homens (62,3%).

Eduardo Vanini

Acesse o PDF: [Mulheres receberam 79,5% do salário dos homens em 2013, segundo pesquisa do IBGE \(O Globo, 16/06/2015\)](#)

Campanha cobra 30% a mais de homens em restaurante para provar desigualdade

(Correio Braziliense, 15/04/2015) Campanha de agência de comunicação faz pegadinha em restaurante paulista, cobrando a mais de homens

Em um restaurante no Centro de São Paulo, clientes se surpreenderam ao pegar o cardápio e se deparar com dois preços diferentes: um para mulheres e outro para homens - com pratos 30% mais caros. A reação foi recorrente: todos bufaram e se indignaram, inclusive mulheres. “No Brasil, as mulheres recebem em média 30% a menos para desempenhar as mesmas funções. Isso sim é injustiça”, foi a resposta do restaurante, por meio de um bilhete que o gerente trazia.

A pegadinha integra campanha de uma agência de comunicação contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres, batizada de *The unfair menu* (O cardápio injusto). “As pessoas até perguntavam se a comida era melhor ou se a porção era maior, e esse era justamente o nosso ponto: não tem nenhuma justificativa”, conta a idealizadora e redatora da campanha, Camila Gurgel.

Se a definição de feminismo é a busca pela igualdade de gêneros, a brasileira de 25 anos se considera feminista. A campanha não foi encomenda de nenhum cliente, consta como portfólio, e a temática foi escolhida em consonância com o recente debate sobre defasagem salarial.

“O público já não aceita mais campanhas machistas e desrespeitosas”, defende Gurgel. Ela cita os casos recentes de marcas de cerveja e esmalte que tiveram de se desculpar publicamente por campanhas desrespeitosas com o público feminino. A agência em que Camila trabalha defende igualdade

salarial e decidiu fazer uma campanha “se posicionando de maneira criativa”, explica a brasileira.

O vídeo foi feito em março e lançado nesta semana. A data foi proposital: terça-feira, 14, é o Equal Pay Day, dia internacional de luta pela igualdade de salários.

Acesse no site de origem: [Campanha cobra 30% a mais de homens em restaurante para provar desigualdade \(Correio Braziliense, 15/04/2015\)](#)

Nos EUA, homens ganham mais mesmo quando são minoria na profissão, diz estudo

(Valor Econômico, 27/03/2015) Mesmo em uma profissão predominantemente dominada por mulheres, homens recebem salários maiores, de acordo com um novo estudo americano que investigou a diferença de remuneração entre gêneros em diversas especialidades da enfermagem.

Professores da Universidade da Califórnia analisaram o salário de quase 300 mil profissionais de enfermagem entre os anos de 1988 e 2013. Apesar de homens serem cerca de 10% dos enfermeiros registrados nos EUA, o estudo identificou que eles ganharam salários anuais em média US\$ 5.148 maiores do que mulheres em todos os anos pesquisados. Embora o salário dos profissionais, no geral, tenha melhorado ao longo do tempo, a diferença entre gêneros se manteve estável ao longo dos 25 anos estudados. O estudo foi publicado na edição desta semana do “Journal of the American Medical Association”.

De acordo com Ulrike Muench, professor da Universidade da Califórnia de

San Francisco e autor do estudo, a discrepância é menor do que em outras profissões, mas ainda assim pode chegar a contabilizar uma perda de mais de US\$ 150 mil ao longo da carreira das enfermeiras. “Ficamos surpresos ao ver que a diferença se manteve tão persistente ao longo dos anos, considerando que a enfermagem é uma área dominada por mulheres. É o campo onde imaginávamos que os salários delas já teriam alcançado os dos homens”, diz o pesquisador.

O estudo não investigou a fundo as razões para a diferença, mas Muench lista entre possíveis fatores a discriminação de gênero, a interrupção da carreira de mulheres para ter filhos e uma capacidade maior entre profissionais homens de negociar salários, que já foi sugerida por estudos sobre outras profissões.

Os pesquisadores encontraram discrepância salarial entre profissionais de mesma especialidade, posição hierárquica e local de atuação. A cardiologia foi a área com maior diferença, de US\$ 6.034, enquanto entre especialistas em doenças crônicas foi achada a menor, de US\$ 3.792. A única especialidade em que não foi encontrada diferença salarial foi a ortopedia. Entre profissionais que atuam em ambulatórios, homens ganhavam em média US\$ 7.678 a mais anualmente do que mulheres, já em ambientes hospitalares, a diferença é menor, de US\$ 3.873. A maior diferença na mesma posição foi a de anestesista, que ultrapassou os US\$ 17 mil.

Letícia Arcoverde

Acesse o PDF: [*Nos EUA, homens ganham mais mesmo quando são minoria na profissão, diz estudo \(Valor Econômico, 27/03/2015\)*](#)

20 de novembro: um dia para

lembrar a discriminação cotidiana das mulheres negras

(Luciana Araújo / Agência Patrícia Galvão) No Brasil, o dia 20 de novembro marca, além do Dia da Consciência Negra, o início das atividades dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. O calendário, que internacionalmente tem início no 25 de novembro (Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher) e vai até o dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), foi antecipado no País para resgatar o peso que o racismo estruturante e estrutural vigente em nossa sociedade tem na maior vulnerabilidade das mulheres negras à sistemática violação dos direitos humanos.

Leia mais:

[Consciência Negra: muito além do 20 de novembro \(Brasil de Fato, 19/11/2014\)](#)

Desigualdades de gênero e raça em números

Conforme apontou o [Informe Anual 2013-2014: O Enfrentamento da Violência contra as Mulheres na América Latina e no Caribe](#), publicado pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) no início deste mês, as violações à integridade física, moral ou psicológica da mulher não podem ser analisadas fora do contexto social. E todos os marcadores sociais, quando avaliados na perspectiva da mulher negra, mostram dados que contribuem para que essa parcela da população esteja mais suscetível à violência.

Estudo publicado em agosto deste ano pelo Laboratório de Análises Estatísticas, Econômicas e Sociais das Relações Sociais do Instituto de Economia da UFRJ aponta que o rendimento médio das mulheres pretas e pardas chegava a ser até 140% menor que o de homens brancos no País (*ver tabela abaixo*).

Tabela II. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, quatro Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 14 (em R\$, jun / 14 - INPC)

	Recife	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo
Homens Brancos	2.026,28	2.911,72	3.351,65	2.784,35
Mulheres Brancas	1.697,50	2.048,84	2.472,13	2.034,82
Brancos	1.860,61	2.492,14	2.944,98	2.435,24
Homens Pretos & Pardos	1.511,43	1.798,44	1.839,33	1.621,50
Mulheres Pretas & Pardas	1.093,43	1.210,36	1.389,79	1.214,91
Pretos & Pardos	1.331,39	1.530,11	1.635,75	1.437,60
PEA Total	1.496,27	1.892,76	2.266,63	2.106,29

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

O relatório [Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010](#), divulgado pelo IBGE em outubro deste ano, mostra que, embora as taxas de analfabetismo no Brasil tenham caído de forma mais intensa entre as mulheres pretas (36,2%), o percentual ainda é 2,3 vezes superior à taxa verificada entre as mulheres brancas.

As mulheres negras também são maioria entre os desempregados e subempregados, entre as [vítimas de tráfico de pessoas](#) e as [vítimas de assassinato](#). Em recente entrevista ao jornal *O Globo*, o ginecologista Mario Giani Monteiro, do Instituto de Medicina Social da UERJ, declarou que [mulheres negras têm 2,5 vezes mais riscos de morrer por complicações pós-aborto do que as brancas](#).

É preciso desconstruir o imaginário sobre as mulheres negras

A imagem da mulher na mídia também é sempre um tema polêmico, particularmente em razão da hipersexualização, objetificação e reforço de estereótipos subalternos, constantemente questionados por organizações feministas. No caso das mulheres negras, episódios como o da campanha publicitária da [cerveja Devassa](#) somam-se à [invisibilização](#) ou a reiteração de lugares marcados pelo preconceito, como no recente [caso do seriado 'O Sexo e as Negas'](#), em exibição na Rede Globo de Televisão, que gerou protestos de dezenas de organizações e instituições.

A jornalista Rosane Borges falou à reportagem da Agência Patrícia Galvão sobre o significado simbólico do Dia da Consciência Negra, às vésperas da

realização da [Marcha das Mulheres Negras](#), que acontece em maio do ano que vem. Rosane coordenou o [Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros](#) e integra o comitê nacional de organização da Marcha.

“Este 20 de novembro tem um caráter especial por uma série de elementos. E, do ponto de vista da representação das mulheres negras, lamentavelmente, será lançada neste feriado uma corrente de artistas e personalidades em apoio ao seriado ‘O Sexo e as Negas’, mobilizada pela Rede Globo. Então, é importante pensar que, no contexto da construção da Marcha das Mulheres Negras pelo Fim do Racismo, do Sexismo e pelo Bem Viver, trazemos um conjunto de questionamentos que põem em xeque o imaginário que sustenta uma imagem distorcida da mulher negra. Quando falamos em sexismo e racismo, para além das questões materiais, das desigualdades no mercado de trabalho, das diferenças salariais, consideramos que, para as mulheres em geral e mais ainda para nós, mulheres negras, a questão do imaginário tem importância estratégica. Então, temos um 20 de novembro marcado por uma reatualização da agenda do movimento de mulheres negras e do movimento negro, com ênfases em algumas pautas, e a pauta relacionada à imagem, à visibilidade, vem hoje, de fato, como algo prioritário. E, além das manifestações e passeatas, haverá iniciativas de mulheres negras em todo o País, em uma contraofensiva a essa imagem estereotipada que aparece na mídia”.

Resgatar o legado das mulheres negras para o Brasil

O 20 de novembro também precisa ressignificar a contribuição das mulheres negras à história brasileira. Nas homenagens a Zumbi dos Palmares, o papel de Dandara e de Luiza Mahin na luta contra a escravatura deve ser resgatado com maior força. Assim como as contribuições de mulheres negras aos campos das artes, da política e das ciências, como no caso das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo (que segue em atividade), da médica e militante comunista Maria Aragão, e da antropóloga feminista Lélia Gonzalez.

“Esse é um nó para pensarmos. A mulher no geral, mas a mulher negra em particular, foi vitimada pela cultura da invisibilidade. Esse é um dos efeitos mais perversos do racismo e do sexismo, porque afeta em grande parte as

mulheres negras. Em toda a agenda do movimento negro, quando conseguimos romper algumas barreiras de invisibilidade e do silêncio que nos é imposto, essas barreiras são quebradas em favor de homens negros. Então, temos uma luta específica, dentro da grande luta geral contra o racismo, que é incidir sobre um problema que é estrutural e que atinge também o movimento feminista clássico, dito geral, porque a invisibilidade que as mulheres brancas denunciaram não traz em seu bojo a radicalidade do racismo. Então, do ponto de vista racial, é o homem negro que emerge e do ponto de vista do feminismo é a mulher branca que aparece. Há uma deficiência, e às vezes uma inoperância mesmo, das reivindicações no que diz respeito à presença da mulher negra. Por isso, a pauta do imaginário é muito importante, porque é ele que nos coloca absolutamente nas sombras”.

Rosane Borges destaca também a importância de iniciativas de resgate histórico das contribuições da mulher negra à sociedade brasileira. “Como diz [*a filósofa e ativista*] Sueli Carneiro, deve ser um trabalho de pesquisa e um esforço intelectual, não restrito à academia, que nem sempre é o lugar mais apropriado, para dar visibilidade ao esforço de feministas negras ou não feministas que trabalharam ou estão trabalhando com o legado das mulheres negras à nossa história. E isso é fundamental, porque o que não é visto, não é lembrado, inexistente. O sujeito mulher negra existe no imaginário dentro de uma lógica muito restrita, do trabalho subalternizado, da empregada doméstica; fora desses espaços a gente some. A reconstrução da memória é uma tarefa política, um desafio de extrema importância. O que significa o seriado ‘O Sexo e as Negas’? Que não há na produção da Rede Globo uma percepção de que, a despeito da nossa posição em espaços subalternizados, as mulheres negras têm uma história de luta e de inserção em outros espaços sociais. A repetição desses lugares subalternizados revela que o olhar sobre nós ainda é muito limitado, porque a nossa trajetória de participação no País, das mulheres que colaboraram para transformar o País, que pensaram a Nação brasileira, que lutaram pela democracia, some. E temos que resgatar esse legado na escravidão e no pós-escravidão”.

Ainda sobre o seriado, Rosane destaca que se trata de uma expressão do racismo institucional que existe no Brasil, levando à situação de que mesmo as ações que advogam a “exaltação” da mulher negra reforçam essa lógica.

“Esse racismo, o sexismo e qualquer outra forma de discriminação são tão arraigados que não se consegue promover outros mecanismos para pensar o outro, a outra. Por exemplo, até mesmo nos cartazes produzidos pelos governos a gente só vê a mulher negra em ações de assistência social. E se é verdade que somos nós que precisamos majoritariamente dessas políticas, quando são ações positivas, fora da assistência social, a mulher negra não aparece ou é ‘embranquecida’. E o Estado brasileiro tem o dever de promover uma outra imagem na exata medida em que promove a inclusão desse sujeito nas políticas de assistência social. Porque a melhoria das condições materiais de um povo e de um grupo racialmente discriminado se dá juntamente com as imagens promovidas”. E Rosane lembra que a mídia, enquanto concessão pública, também tem essa responsabilidade.

As perspectivas para mudar o quadro de ausência de políticas públicas que assegurem real equidade nas condições de vida e respeito à cidadania da população negra não são muito animadoras diante do resultado eleitoral deste ano. Segundo dados da Câmara dos Deputados, [71% dos eleitos para aquela casa legislativa são homens brancos](#). As mulheres negras representam 2,2% dos 513 deputados. Os deputados autodeclarados negros somam 19% da Câmara. Em audiência pública realizada pela Comissão de Educação da Casa no último dia 18, a [ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial \(Seppir\), Luiza Bairros](#), abordou essa dificuldade.

Mulheres e violência sexual, por Jairo Bouer

(O Estado de S. Paulo, 16/11/2014) Você consegue imaginar um país em que as mulheres ganham mais do que os homens? Sim, ele existe e aparentemente é único no mundo: a Dinamarca. De acordo com reportagem do UOL da semana passada, essa é a conclusão do relatório Diferenças Globais entre Gêneros-2014, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, que

avaliou 142 nações.

O salário médio das dinamarquesas supera em 3% os vencimentos dos homens. Em seguida vem a Austrália, onde as mulheres ganham menos do que os homens - em média, seu salário equivale a 96% do deles. E nós? O Brasil está na 69.^a posição, com o salário feminino alcançando, em média, 59% do masculino. Que diferença! O número não surgiu à toa. A Dinamarca investe pesado na discussão das questões de gênero desde os primeiros passos das crianças na escola, isso já há décadas.

Aqui, infelizmente, estamos a anos-luz dessa situação. Além da defasagem salarial das mulheres, outros números revelados pelo Estado na semana passada escancaram outra faceta perversa da questão do gênero: a violência sexual. Dados do 8.^o Anuário Nacional de Segurança Pública mostram que o número de mulheres vítimas de estupro no Brasil pode ter alcançado 143 mil em 2013. Um estupro a cada quatro minutos. O número é uma projeção, uma vez que foram registrados, de fato, 50.320 casos e as estimativas dos especialistas são de que 35% dos episódios sejam oficialmente relatados.

De um lado, a cultura machista, o sexismo, a dificuldade do homem de lidar com a nova mulher, a visão distorcida de que ela é posse masculina e a impunidade e, do outro, o medo e a vergonha das vítimas acabam dando combustível para que essa violência continue a ameaçar as mulheres.

No mesmo campo das questões de gênero, também semana passada, o Ministério das Relações Exteriores, segundo a BBC Brasil, confirmou ter dados suficientes para negar visto de permanência no País ao suíço Julien Blanc. O caso ganhou escala quando o site Avaaz lançou uma petição pública pedindo uma ação das autoridades brasileiras em relação ao assunto, que ganhou quase 350 mil assinaturas. Blanc é uma espécie de instrutor de uma empresa americana que ensina técnicas machistas de intimidação e humilhação para os homens solteiros “conquistarem” uma mulher. Quatro palestras estavam agendadas, em janeiro de 2015, em Florianópolis e Rio, à bagatela de US\$ 2.500 - mais de R\$ 6 mil - por pessoa.

A ideia, segundo Blanc, é baixar a autoestima feminina, gerar medo e até forçar a barra para se alcançar o objetivo. Fico aqui pensando que, pior do

que existir o método e os instrutores, é imaginar que há público para essa atrocidade. O suíço já teve o visto negado na Austrália e no Reino Unido.

Medicina e vergonha. Também na semana passada, alunas da Universidade de São Paulo (USP) denunciaram em audiência pública na Assembleia Legislativa (Alesp) casos de abuso e violência sexual (até mesmo estupro) na Faculdade de Medicina. Um inquérito aberto pelo Ministério Público Estadual (MPE) investiga agressão e discriminação a mulheres e homossexuais. As vítimas afirmam que estariam acontecendo também tentativas da direção da faculdade de ocultar os casos para preservar a imagem da instituição.

O absurdo não é isolado da Medicina nem da USP. Nos últimos anos, tem se repetido em diversos cursos e universidades brasileiras. É muito grave que essa violência aconteça justamente com quem está sendo formado para cuidar de pessoas e salvar vidas. É imperativo que as investigações avancem, que culpados sejam punidos e, mais, que se faça com alunos, desde o momento do trote, um trabalho profundo de respeito aos direitos humanos, de tolerância e de compromisso ético e profissional.

Acesse o PDF: [Mulheres e violência sexual, por Jairo Bouer \(O Estado de S. Paulo, 16/11/2014\)](#)